



Ao oitavo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte quatro, às 10h horas, reuniu-se a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul - COETRAE-RS, em formato online, por intermédio de videoconferência na plataforma Microsoft Teams. Estavam presentes Wellington Xavier (SJCDH); Lucilene Pacini (SRTB/RS); Pedro Kenne (MPF/RS); Franciele D'ambros (MPT/RS); Sérgio Poletto (FETAR/RS); Affonso Sala (SJCDH); Vinicius Longaray (SJCDH); Mônica Zimmer (DPE/RS); Diocela Gonçalves (SDR/RS); Izane Mathos (CTB); Roberta Grudzinski (SEDES/RS); Ana Paula (SEDUC); Manuel Jardon (Desembargador TRT4); Moisés da Silva (Coordenador FUNAI/POA); Andreia Gnoatto (SES); Nathalia Santos (SJCDH); Claudete Rissini (Irmãs Scalabrinianas); Evelise; Patrícia Tolotti (SSP); Silvio Jardim (CEPI). Wellington Xavier (SJCDH) inicia a reunião saudando todos os presentes e informa as pautas que serão discutidas na reunião. **1. Informes:** Wellington (SJCDH) justifica a ausência de Marcelo Remião (PRF) e Charles Kuhn (Juiz do Trabalho) que alegaram impossibilidade de comparecer à reunião. Além disso, informa que Lucilene (SRTB/RS) enviou a atualização da lista suja pelo grupo de WhatsApp do Colegiado. **2. Retomada da discussão sobre as condições de trabalho de safristas indígenas no RS:** Wellington (SJCDH) retoma que no final de 2023, o gabinete do Deputado Estadual Matheus Gomes convidou a COETRAE/RS para uma reunião extraordinária visando discutir as condições de trabalho de safristas indígenas, a fim de elaborar estratégias sobre o tema. Durante a reunião, surgiu a proposta de trazer para o colegiado a discussão, o que resultou em diálogos produtivos e no encaminhamento de criar um Grupo de Trabalho (GT) sobre as condições de trabalho de safristas indígenas no Rio Grande do Sul. Wellington (SJCDH) comenta que ele e Nathalia (SJCDH) iniciaram a discussão sobre a criação de um grupo de trabalho (GT) para abordar as questões dos safristas, incluindo os indígenas, mas encontraram obstáculos. Um deles foi a necessidade de não limitar o GT apenas aos safristas indígenas, pois as demandas e desafios são compartilhados por todos os safristas, com diferentes particularidades. A questão racial também foi considerada importante. Wellington (SJCDH) menciona que a criação do GT ficou pendente por falta de soluções sobre como implementá-lo da melhor forma. Ele ressalta que isso é algo que querem implantar ainda esse ano. Além disso, destaca a importância de conversar com os trabalhadores e os sindicatos para garantir que suas necessidades sejam consideradas no processo. Na reunião ordinária da COETRAE/RS em março, também foi levantada a questão da falta de dados sobre os trabalhadores indígenas registrados. Como encaminhamento, Lucilene (SRTB/RS) tentaria buscar esses dados para trabalhar com essa questão em um GT, visando propor medidas para promover o trabalho decente dos safristas indígenas. Lucilene (SRTB/RS) observa que, na safra da maçã, há uma alta contratação de indígenas, principalmente do Mato Grosso do Sul (MS), com a maioria tendo vínculo formal. Já na safra da uva, os indígenas, em sua maioria, são do Rio Grande do Sul e a informalidade é mínima. Ela menciona a dificuldade na obtenção de dados, porque embora o sistema E-social tenha as informações de admissão dos trabalhadores e tenha um campo específico para colocar a raça, essa informação não é feita pelos empregadores. Devido a isso, não conseguiram obter a informação da quantidade de trabalhadores indígenas. No entanto,



durante o operativo, foi observado um baixo índice de informalidade envolvendo os indígenas. Wellington (SJCDH) pergunta se Lucilene (SRTB/RS) tem conhecimento se nos anos anteriores havia uma questão maior dessa ausência de registros dos trabalhadores indígenas. Ela responde que não possui essa informação devido à fiscalização do Ministério Público do Trabalho sobre o processo de contratação dos indígenas. Franciele (MPT/RS) relata que o MPT acompanha a saída dos indígenas do Mato Grosso do Sul e até o momento não se constatou grandes problemas. Atualmente, observa-se um cenário de formalização, com um nível de informalidade ainda muito baixo, e que talvez não haja uma denúncia de algum caso específico que possa existir. Sérgio (FETAR/RS) informa que os indígenas no município de Vacaria, todos chegam na região com carteira assinada. Nathalia (SJCDH) destaca que a questão dos trabalhadores indígenas é tratada com especificidade, o que os distancia de uma rede proteção, e que é necessário entender o motivo que esses trabalhadores estão tão distantes dos sindicatos e como poderiam ser aproximados de outras frentes. Além disso, ela sugere como incluir as demandas deles em outras organizações e reivindicações dos trabalhadores não indígenas. Silvio (CEPI) acrescenta à fala de Natália, mencionando o progresso na formalização dos vínculos com trabalhadores indígenas, especialmente após os casos de trabalho análogo à escravidão ocorridos nas vinícolas em 2023. Ele destaca que um dos desafios enfrentados na inserção dos indígenas na formalidade é a questão da documentação, já que muitos possuem apenas a certidão de nascimento. Moisés (Coordenador FUNAI/POA) reconhece os esforços que estão sendo feitos em relação à documentação, pagamentos, deslocamentos e alojamentos dos indígenas. Ele observa que os empreiteiros indígenas têm contato direto com os trabalhadores e são vistos como lideranças pelos empregadores e que, muitas vezes, não repassam informações sobre os riscos da informalidade. Ele destaca a importância de trabalhadores e empreiteiros entenderem que as mudanças em curso visam o benefício mútuo. Sérgio (FETAR/RS) relata que durante visitas feitas às empresas que contratam indígenas do Mato Grosso do Sul, notou-se resistência dos contratantes, “chefes de turmas” e caciques em relação ao pagamento direto na conta bancária dos trabalhadores indígenas. Essa resistência ocorre para que se possa tirar os 10% desse salário. Ele destaca que estão trabalhando para garantir que, a partir do próximo ano, todos os indígenas que vierem do Mato Grosso do Sul tenham obrigatoriamente uma conta bancária para receber o pagamento, eliminando outras formas de pagamento, como cheque e pix. Franciele (MPT/RS) relata que a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) apresentou ao MPT o projeto "Sine Móvel" no ano anterior, visando formalizar e providenciar documentação para trabalhadores sazonais e assalariados no Estado. O projeto está em vias de contemplação nos TAC firmados com as empresas em 2023. O Sine irá operar de forma itinerante com um veículo equipado em áreas onde há a ausência ou deficiência em relação ao Sine. Nathalia (SJCDH) destaca a preocupação com os contratos de trabalho dos indígenas, onde garantir direitos trabalhistas é difícil, e muitas vezes os trabalhadores arcam com os custos de alojamento. Ela ressalta a importância de não apenas formalizar a documentação dos trabalhadores, mas também de reduzir contratos por diária e promover contratos mais extensos com CLT, garantindo salário e direitos. Wellington (SJCDH)



recapitula o consenso em criar um grupo de estudo sobre os safristas, incluindo os povos indígenas. Ele sugere a realização de conversas preliminares com os trabalhadores e organizações de trabalhadores, incluindo a FETAR, para identificar particularidades antes de estabelecer o GT. **3. Participação da ABIN como observadora na COETRAE-RS:** Wellington (SJCDH) apresenta o ofício solicitando a participação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) como observadora nas reuniões do COETRAE-RS, e pergunta se todos concordam com essa participação, solicitando que respondam no chat da reunião. Lucilene (SRTB/RS) destaca que a ABIN tem preocupação com fluxos migratórios e considera que eles contribuíram com o trabalho do Colegiado. Pedro (MPF/RS) reconhece a vantagem da interação da ABIN em questões internacionais, como o tráfico de pessoas e que por as reuniões terem um caráter público, não identifica nenhuma proposição quanto à participação. Wellington (SJCDH) confirma que todos estão de acordo com a participação no chat e informa que convocará a ABIN para as próximas reuniões como observadora, reiterando que ela não terá direito a voto. **4. Formação Produção de Provas para Processos Penais sobre TE:** Wellington (SJCDH) menciona que a ação está no plano de trabalho da Coetrae-RS e tem sido discutido como irá ocorrer. A última atualização foi sobre o convite à Polícia Federal para participar como ministrante, juntamente com o MPF e o Dr. Pedro. Ele também menciona que estão analisando sobre qual será o representante da PF que irá ministrar a formação. Complemente que, a partir disso, é necessário definir o local, estimativa de participantes, o público-alvo, e que, nessa etapa de formação, o público alvo serão auditores fiscais do trabalho, procuradores do trabalho e policiais federais. Lucilene (SRTB/RS) diz que precisa ter a confirmação da data e horário da formação para iniciar os preparativos internos. Wellington (SJCDH) propõe que seja pela manhã, das 08h30 às 12h30, no dia 9 de maio de 2024. Fica como encaminhamento que a Doutora Franciele (MPT/RS) e o Doutor Pedro (MPF/RS) verificarão a disponibilidade de auditórios para o seminário. **5. Observatório para Erradicação do Trabalho Escravo:** Wellington (SJCDH) informa que o Observatório foi incluído no acordo de resultados do governo do Rio Grande do Sul, com uma verba de 2 milhões para este ano. Para a manutenção em 2025 e 2026, serão destinados 1 milhão para cada ano. Ele sugere a formação de uma equipe multidisciplinar para acompanhar e oferecer atendimento às vítimas. Ele destaca sobre será necessário elaborar uma proposta de projeto com os elementos necessários e encaminhá-la para a gestão. Wellington (SJCDH) realiza a leitura do documento da memória da reunião da Subcomissão para Elaboração de Projetos, explicando dois eixos da pesquisa: o Panorama dos Resgatados no Rio Grande do Sul e o Perfil dos Trabalhadores resgatados no estado. Ele explica que a pesquisa será realizada com análises quantitativas e qualitativas. Além disso, ele sugere a instituição de outras iniciativas, inspiradas na clínica de trabalho escravo da Universidade Federal de Minas Gerais, que integra extensão, pesquisa e ensino, oferecendo atendimento aos trabalhadores resgatados além das pesquisas sobre trabalho escravo. Ademais, ele propõe a criação de uma equipe multidisciplinar no âmbito estadual para oferecer atendimento às vítimas pós-resgate e aos municípios. Essa equipe emitiria relatórios para subsidiar as observações da pesquisa com análises qualitativas dos atendimentos, desafios enfrentados pelos profissionais e outras

análises relevantes. Ele enfatiza a importância de validar propostas e considerar outras ideias para acrescentar ao Observatório. Por fim, ele destaca que há um prazo de dois a três meses para elaborar um projeto, submetê-lo à gestão e iniciar o processo de contratação da instituição de pesquisa, visando garantir o empenho até dezembro. Lucilene (SRTB/RS) menciona a recém-inaugurada clínica na Universidade Federal do Pará como uma possível colaboradora e oferece-se para contatar os coordenadores da clínica. **Vencidos os pontos de discussão, encerrou-se a reunião.**